ATA N.º 5/2026

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA (SOLENE)

Local: **Jardim Municipal de Mourão**

Data: **25/04/2026.**

Iniciada às 09,00 horas e encerrada às 10,00 horas.

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 52.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL DE 1974

A sessão iniciou-se com a presença de:

Presidente da Mesa:	Francisca Maria Rosado Silva Sousa
Primeiro-Secretário:	Rui Manuel Rocha Passinhas
Segundo-Secretário:	Ana Maria Palma Bravo
Membros:	Arnaldo Gonçalves Caeiro
	Mariana Grosso Barona
	Rui Manuel Chilrito Pereira
	Rui Miguel Rocha Passinhas
	Sara Maria Vidigal Correia
	Marta José Cominho Capucho
	Joaquim José Piedade Frasco
	Vítor Manuel Rosado Aranha
	Helena Isabel Gil Godinho
	Dimas Joaquim Canhão Ferro
	Paulo José Rosado Aranha
	Vanessa Cristina Cosme Pinto
Presidente da Junta de Freguesia de Granja:	Luís Miguel Galhofas Leandro
Presidente da Junta de Freguesia de Luz:	Artur Jorge Capucho Farias
Presidente da Junta de Freguesia de Mourão:	Cecílio Miguel Espadeiro Mendonça

--- A sessão foi presidida pela Sr.ª **Francisca Maria Rosado Silva Sousa**, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por **Vítor Manuel Leal Vidigal**, coordenador

técnico da Subunidade Orgânica de Administração Geral, Arquivo e Atendimento ao Cidadão, da Divisão Administrativo-Financeira e de Desenvolvimento Económico. ----------

--- Relativamente à composição da Assembleia Municipal em matéria de pedidos de substituições ao abrigo dos artigos 78.º, alínea a) do n.º 1 do artigo 29.º e artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, mantida em vigor pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **a Senhora Presidente da Assembleia Municipal** informou que pediu substituição o **Senhor Deputado Municipal Flávio Carlos Ferrador Oliveira**, substituído nos termos legais e regimentais pelo Senhor **Vítor Manuel Rosado Aranha**. ----------

--- Considerando que o mesmo foi notificado nos termos legais e regimentais, e estando presente na sala, e ser do conhecimento pessoal dos membros da Mesa da Assembleia Municipal a sua identidade e legitimidade, iniciou aquele, imediatamente, as suas funções como Deputado Municipal. ----------

--- Verificadas as presenças e dada a existência de quórum, com 18 presenças a **Senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou abertos os trabalhos da sessão (solene) extraordinária da Assembleia Municipal de Mourão, a qual teve como único ponto da ordem de trabalhos a comemoração solene do 52.º aniversário do 25 de Abril. ----------

--- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, informando de seguida que na ["...sessão solene comemorativa do 52.º aniversário do 25 de Abril usarão da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal, seguidamente os representantes dos grupos municipais com assento nesta na Assembleia Municipal, o que será feito por ordem crescente de representatividade..."] e por último a sua intervenção final. ----------

--- Ato contínuo, **a Senhora Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mourão, Maria Luisa Ralo**, que leu o seu discurso do seguinte teor: ----------

"Celebramos hoje o 25 de Abril, uma data maior da nossa história coletiva, que assinala a conquista da liberdade, da democracia e da igualdade em Portugal. Há 52 anos, o nosso país abriu caminho a uma sociedade mais justa, onde cada pessoa passou a ter voz, direitos e oportunidades.

Este ano tem também um significado muito especial: assinalamos 50 anos do poder local democrático. Desde as primeiras eleições autárquicas, em 1976, muito mudou. O poder local tornou-se um pilar essencial da nossa democracia, aproximando as decisões das populações, promovendo o desenvolvimento dos territórios e dando resposta concreta às necessidades das comunidades.

Ao longo deste percurso, importa destacar uma transformação profunda: o papel da mulher. Nestes 52 anos de democracia, a mulher afirmou-se como autónoma, influente e com poder de decisão. Conquistou espaço, respeito e protagonismo em todas as áreas da sociedade.

Em Mourão, essa realidade é clara e deve orgulhar-nos. Temos um partido político representado, aqui hoje, por três mulheres, reflexo também da visão e da intenção do Senhor Presidente, que sempre defendeu uma participação ativa e equilibrada das mulheres na vida política. Este é um sinal inequívoco de que a igualdade não é apenas um ideal, mas uma prática concreta na nossa comunidade.

Mas este caminho faz-se com todos e com todas. É por isso que hoje deixo uma palavra especial aos nossos munícipes: continuemos a empoderar as mulheres de nosso concelho, a valorizar o seu papel, a incentivar a sua participação ativa na vida pública e comunitária.

E dirijo-me também aos nossos jovens. O futuro constrói-se convosco. Que saibam honrar os valores de Abril, participando, questionando, intervindo e acreditando que podem fazer a diferença. Uma comunidade forte faz-se com jovens comprometidos e com mulheres capacitadas e reconhecidas.

A liberdade que hoje celebramos traz consigo a responsabilidade de continuar este caminho de inclusão, de igualdade e de participação.

Viva o 25 de Abril!
Viva o concelho de Mourão!
Viva Portugal!"

--- De seguida, **a Senhor Presidente da Mesa** deu a palavra ao representante da CDU – Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV), o Senhor Deputado Municipal **Joaquim Frasco**, que leu o seu discurso que seguidamente se transcreve: ----------

"Celebramos a Revolução de Abril. Comemoramos esse acontecimento maior da nossa história contemporânea e um dos mais altos momentos da nossa secular vida colectiva, neste ano que faz também 50 anos que foi aprovada e promulgada a Constituição da República Portuguesa – uma das mais progressistas e avançadas do mundo, emanação do processo revolucionário que aqui celebramos e da luta do nosso povo. Constituição que nestes cinquenta anos da sua vigência provou ser um importante suporte da nossa vida democrática e que hoje continua a ser um instrumento de salvaguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.
Comemoramos a Revolução de Abril reafirmando a actualidade da sua Constituição, a exigência do seu cumprimento e a vital importância da sua defesa face às ameaças de novas iniciativas mutiladoras dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais dos inimigos do projecto libertador de Abril - as forças políticas conservadoras e reaccionárias que servem os grupos económicos e financeiros - que viram e continuam a ver a Constituição como um obstáculo à reconstituição do seu poder hegemónico e à satisfação dos seus interesses.
Comemoramos a Revolução convictos de que é no respeito pela Constituição, com os olhos postos na concretização dos seus princípios, valores e normas que se abre e retoma o necessário e inadiável

caminho da construção de um Portugal mais fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

Ao comemorarmos a Revolução do 25 de Abril, não esquecemos e engrandecemos o valoroso acto dos capitães de Abril, o esforço heroico da Resistência antifascista, a abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas. Evocamos e exaltamos o amplo e vigoroso levantamento popular que irrompeu nessa manhã de Abril, que transformou o levantamento militar libertador em Revolução.

Essa libertadora e emancipadora Revolução, assumida pela larga maioria do povo que, com a sua acção, conduziram a profundas transformações económicas, sociais, políticas, culturais e civilizacionais que se traduziram em grandes conquistas dos trabalhadores e do povo, em todas as áreas da nossa vida colectiva.

Revolução que instaurou as liberdades e a democracia, promoveu a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo. Revolução que pôs fim ao domínio dos monopólios com a nacionalização dos sectores chaves da economia nacional e a democratização do uso da terra com a realização da Reforma Agrária na zona latifúndio. Conquistas que a contra-revolução destruiu ou amputou em prejuízo do povo e do País. Revolução que construiu o poder local democrático e autonomia regional. Revolução que pôs fim às guerras coloniais e ao isolamento internacional do País, com o estabelecimento de relações diplomáticas com todo o mundo.

Revolução que tem no seu património um vastíssimo conjunto de medidas a favor dos trabalhadores que hoje o governo da AD e seus acólitos do Chega e a da IL querem pôr em causa com o seu Pacote Laboral cozinhado com o grande patronato, aprofundando a ofensiva anti-laboral e de retrocesso social de sucessivos governos da política de direita.

Nesse património da Revolução está o direito à livre organização sindical, o direito à greve e à contratação colectiva que hoje o governo da AD ao serviço do grande capital pretende fragilizar e pôr em causa com o seu Pacote Laboral das 100 medidas.

Está o direito a um salário justo e a uma pensão justa. Direitos que a Revolução reconheceu ao promover aumentos generalizados e o salário mínimo nacional que asseguraram a mais justa repartição da riqueza nacional (Rendimento Nacional) nunca antes vista a favor do trabalho e que a política de direita de sucessivos governos de PS, PSD e CDS alterou e inverteu e que hoje, o actual governo quer agravar para servir e alimentar o processo de escandalosa acumulação e centralização do capital a que o País hoje assiste e garantir a perpetuação dos baixos salários.

Está o direito ao emprego e ao emprego com direitos com a proibição dos despedimentos sem justa causa e a garantia de emprego estável e que o actual governo das confederações do capital quer destruir, impondo no seu novo pacote laboral o trabalho precário para toda a vida, a instabilidade, a facilitação dos despedimentos e o seu embaratecimento e a lei da selva nas relações de trabalho, onde o mais forte reina e determina.

Nesse património da Revolução encontramos o direito à saúde para todos com a criação do Serviço Nacional de Saúde e que o projecto privatizador e a acção do actual governo da AD ao serviço do negócio da saúde põe em causa cada dia que passa com a sua política de encerramentos, desinvestimento e deliberada incúria no assegurar dos necessários recursos humanos. Tal como põe em causa o direito à educação e ao ensino para todos, com o ataque que promove à Escola Pública.

Está a melhoria e o alargamento da Segurança Social pública, solidária e universal, uma outra das grandes conquistas do povo português para garantir de forma segura reformas e pensões e que o actual governo da AD quer fragilizar e desvalorizar impondo a obrigatoriedade da contribuição dos trabalhadores para "sistemas complementares de reforma", desviando milhares de milhões de euros de poupança dos trabalhadores para os mercados de capitais e para os cofres dos gigantes financeiros (Fundos de Pensões) e à mercê da incerta evolução do mercado. Início de um processo de subversão da Segurança Social pública e solidária.

No património de Abril está o enorme e inicial esforço de investimento público para dar resposta às carências de habitação herdadas do fascismo, para por fim às barracas e à habitação precária. Investimento que tem sido negado por sucessivos governos de PS e PSD/CDS, reduzindo a quase zero o investimento em habitação pública (Portugal na cauda da Europa) e pelo actual governo da AD que segue o mesmo caminho, apostado que está no favorecimento dos fundos imobiliários, com a sua política fiscal de desvio de recursos públicos para a especulação imobiliária, para a promoção do aumento dos preços das casas (17,6% em 2025) e da precariedade na habitação.

No património de Abril está a defesa da elevação do nível de vida do povo e que o actual governo de PSD e CDS desvaloriza e degrada com a sua política ao serviço do lucro especulativo e o seu vazio de medidas e soluções de combate ao aumento do custo de vida que a pretexto da guerra conheceu novos e insuportáveis agravamentos. Aumento do custo de vida patente na luz, no gás, nos combustíveis, nas comunicações e nos alimentos. Agravamentos que exigiam uma efectiva regulação de preços que o actual governo nega concretizar, para não tocar nos lucros das multinacionais.

No património da Revolução está a luta pela paz e contra a guerra que a política de cega vassalagem do governo do PSD/CDS ao imperialismo americano põe em causa. Em vez de defender a paz, o governo da AD, em claro confronto com a Constituição da República, permite que o território nacional sirva de plataforma de apoio à agressão militar para uma nova agressão imperial, à margem do direito internacional, agora contra o Irão. Cúmplice com o genocídio na Palestina, o governo do PSD/CDS mais uma vez não só envergonha Portugal, como contribui com a sua postura para alimentar uma guerra, com nefastas consequências para a vida do povo português.

Toda uma política que junta e convergem PSD, CDS, IL e Chega e que tem contado, no essencial, com a conivente complacência do PS.

Não é Abril que pode ser responsabilizado pelas dificuldades existentes no País, pelos problemas que o povo enfrenta, mas sim a política da contra-revolução, quem governou e quem hoje governa ao arrepio dos seus valores, impondo uma política privatizadora dos recursos e bens públicos essenciais e decisivos para garantir um projecto soberano de desenvolvimento, com elevados níveis de vida para os trabalhadores e para o povo.

Não é Abril, mas sim a política da contra-revolução que é responsável pelos problemas que enfrenta o nosso povo, pelos baixos salários e baixas reformas, pelo empobrecimento de largas camadas da população, pela precariedade laboral que subsiste, pela exploração e desigualdades sociais, pela destruição das funções sociais do Estado.

Neste tempo em que o revanchismo reaccionário e fascizante passou a falar grosso contra o processo democrático da Revolução de Abril com as suas luminosas conquistas, em que procura branquear a criminosa ditadura fascista de 48 anos, responsável por esse tempo sombrio marcado pela repressão e violência brutais, prisões, liberdades juguladas, pelo atraso económico, social, cultural e civilizacional,

pelo analfabetismo, pela emigração em massa, por agravadas desigualdades sociais, pela alta corrupção e pela guerra, celebrar Abril é afirmar que a mentira e a falsificação da história estão condenados à derrota.

É afirmar que o sonho de ver retomados os caminhos de Abril e os seus valores se mantêm vivos em cada um de nós e no colectivo nacional.

É afirmar a nossa firme convicção que o generoso projecto de Abril e os seus valores acabarão por se revelar como uma necessidade objectiva na concretização de um Portugal fraterno e de progresso.

Os valores da liberdade, da emancipação social, do Estado ao serviço do povo e não da exploração, do desenvolvimento visando a melhoria da qualidade do nível de vida dos portugueses, o pleno emprego, uma justa e equilibrada repartição da riqueza nacional, da soberania e independência nacional.

Sabemos com o que contamos. Mas sabemos também que o que vai decidir o futuro é a luta firme e decidida dos trabalhadores, do povo, dos democratas e patriotas. Essa luta e esse povo trabalhador que ainda há dias encheu as avenidas e as ruas de Lisboa na grande manifestação da CGTP-IN contra o Pacote Laboral (depois da grandiosa Greve Geral de Dezembro passado) e que, por todo o País, assinalará em luta o 1º. de Maio que queremos seja uma grandiosa afirmação da determinação e força dos trabalhadores e do povo que resiste e luta contra a exploração e por uma alternativa e uma política ao serviço do povo e do País. Constituição que nestes cinquenta anos da sua vigência provou ser um importante suporte da nossa vida democrática e que hoje continua a ser um instrumento de salvaguarda na defesa dos direitos dos trabalhadores e do povo.

É com esta perspectiva que comemoramos Abril. É com esta perspectiva que apelamos à participação nas comemorações populares que aí estão em curso. É com a confiança dos que sabem que a história está longe de ter chegado ao fim, por mais que o decretem as forças da exploração e da regressão e que, mais tarde ou mais cedo, chegará o momento, com a luta dos trabalhadores e do povo, dos democratas e patriotas, de retomar os caminhos que a portuguesa Revolução libertadora e emancipadora de Abril abriu e que aqui celebrámos, convictos de que Abril vencerá!

25 DE ABRIL SEMPRE

VIVA O 25 DE ABRIL

VIVA O CONCELHO DE MOURÃO E RESPECTIVAS FREGUESIAS

VIVA PORTUGAL"

--- No seguimento da sessão **a Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra ao Senhor Deputado Municipal representante do Partido Socialista**, Rui Pereira**, que leu o seu discurso do seguinte teor: ----------

"Assinalamos hoje o Quinquagésimo segundo aniversário do 25 de Abril de 1974 — uma data maior da nossa História, que continua a inspirar-nos e a marcar-nos profundamente.

Reunimo-nos não apenas para celebrar, mas também para reafirmar um compromisso coletivo que nunca pode ser dado como garantido: o compromisso com a democracia, com a liberdade e com os valores que moldam a nossa convivência em sociedade.

A Revolução dos Cravos marcou o fim de uma ditadura e abriu caminho a um novo tempo — um tempo em que a liberdade deixou de ser um sonho distante para se tornar um direito concreto, vivido no quotidiano de todos os portugueses.

Com o 25 de Abril, terminaram a repressão e o medo. Acabaram as prisões políticas. Passámos a viver num país onde a liberdade de pensamento, de imprensa, de associação, de reunião e de manifestação são pilares essenciais da vida democrática.

Foram também consagrados direitos fundamentais dos trabalhadores, reforçada a dignidade do trabalho e lançadas as bases de uma sociedade mais justa e equilibrada.

O poder local democrático ganhou forma e substância, aproximando as decisões das populações e dando voz às comunidades — como o nosso concelho de Mourão bem testemunha. Muitas vezes, é o poder local que, suprindo insuficiências do poder central, encontra soluções para problemas concretos nas áreas da educação, da saúde e da segurança, entre outras.

Terminou igualmente a guerra colonial, permitindo finalmente alcançar a paz e reconhecendo o direito dos povos à sua independência.

Aproveito também este momento para saudar e prestar a minha homenagem todos os antigos combatentes.

Assistimos, desde então, a uma profunda melhoria das condições de vida, à democratização do ensino e à afirmação da igualdade entre homens e mulheres — conquistas que transformaram não apenas as leis, mas também as mentalidades.

Foi, acima de tudo, instituído um regime democrático, consagrado na Constituição, que garante direitos, liberdades e garantias a todos os cidadãos.

Mas, se o 25 de Abril nos ensinou algo, foi que a liberdade exige vigilância. Não é um dado adquirido — é uma construção permanente.

Hoje, assistimos ao ressurgimento de discursos populistas e até de inspiração autoritária em várias partes do mundo — e também em Portugal. Estes movimentos alimentam-se do descontentamento, da desinformação e da divisão, colocando em causa valores que julgávamos consolidados.

Por isso, é essencial que estejamos atentos, mobilizados e firmes na defesa da democracia.

Ao mesmo tempo, devemos reconhecer, com frontalidade, os desafios que persistem. A morosidade da justiça continua a fragilizar a confiança dos cidadãos nas instituições, criando a perceção — muitas vezes justa — de que as respostas não chegam em tempo útil.

Também na saúde enfrentamos dificuldades que afetam diretamente a qualidade de vida das populações, sobretudo em territórios do interior como o nosso, onde o acesso a cuidados de saúde nem sempre é tão célere ou abrangente como deveria ser.

Na educação, apesar dos avanços alcançados, subsistem desafios estruturais que exigem atenção, investimento e visão estratégica, de forma a garantir igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens.

Importa ainda reforçar outras dimensões fundamentais de uma sociedade justa: o respeito e a valorização das mulheres, garantindo a plena igualdade de direitos e oportunidades.

Estes desafios não diminuem o valor de abril — pelo contrário, recordam-nos que o seu legado continua em construção.

A liberdade individual — tão central em Abril — só existe plenamente quando respeita a liberdade do outro. Viver em sociedade implica equilíbrio, responsabilidade e respeito mútuo. Cabe ao Estado

garantir esse equilíbrio, protegendo direitos sem limitar injustamente a autonomia de cada cidadão. Um dos exemplos ao longo da última década, é a despenalização da eutanásia em Portugal, que passou por várias fases na Assembleia da República, incluindo aprovações de diplomas, vetos presidenciais e pedidos de fiscalização ao Tribunal Constitucional.

Cabe-nos, enquanto cidadãos e representantes públicos, honrar o legado de abril. Defender a democracia não é apenas recordar o passado — é agir no presente.

É participar. É questionar. É construir. É melhorar aquilo que ainda não funciona como desejamos.

É garantir uma justiça célere, uma saúde acessível e uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

É assegurar que as gerações futuras herdam um país livre, justo e plural.

Neste dia, aqui e agora, reafirmamos esse compromisso — com a liberdade, com a cidadania e com o futuro.

Porque Abril não é apenas memória — é ação.

Viva o 25 de Abril!

Viva a Liberdade!

Viva a Cidadania!

Viva o Concelho de Mourão!

Viva Portugal!"

--- Seguidamente, **a Senhora Presidente da Mesa** deu a palavra à Senhora Deputada Municipal representante do PPD/PSD, **Mariana Barona**, que leu o seu discurso do seguinte teor: ----------

"Hoje celebramos 52 anos da recuperação da liberdade. Se tivesse nascido no início da ditadura, ainda hoje não conhecia a liberdade, tal como muitos de vocês. E tantos e tantas foram os que nasceram, cresceram e às mãos do Estado Novo morreram sem conhecerem a realidade da liberdade. A elas e a eles, que não desistiram e lutaram para que hoje não vivêssemos como antes, devemos a liberdade. É neste sentido que interpreto que a liberdade é um direito e um dever. Devemos ser livres, pelos que não foram, pelos que lutaram para que fôssemos, pelos que ainda não são e pelos que virão.

Eu, especialmente enquanto jovem mulher, devo ser livre para votar, para estudar, para trabalhar, para viajar sem que ninguém me acompanhe, para falar quando assim o desejar, para participar ativamente na construção da nossa sociedade, como o fazemos aqui, nesta Assembleia Municipal. Porque até há 52 anos, tudo isto e mais me seria inacessível. Porque ainda hoje há quem tente restringir não apenas o que fazemos, mas o que somos.

Continua a ser premente a insistência em ser livre, especialmente perante a insistência de quem não quer que o sejamos, não só para nós mulheres, mas para todos. O carácter cíclico da história demonstra-nos que, para dar um passo atrás, basta que exista alguém a empurrar. A não ser que exista quem resiste, quem empurra de volta, quem quer seguir para a frente.

Por isto, não nos deixemos encantar por discursos que nos tentam fazer acreditar que para sermos livres, há quem não deva o ser. Não passemos a acreditar que a empatia é uma fragilidade, quando, na verdade, é um dos pilares da vida em comunidade. Não acreditemos que existe quem não seja igualmente merecedor de tudo o que para nós desejamos, só porque algo os diferencia de nós. Não

permitamos que nos façam desvalorizar a dor inter-geracional dos nossos avós e bisavós, que a carregam até hoje, que a partilham para que nunca nos esqueçamos. Devemos resistir, mesmo quando é difícil, mesmo quando exige de nós, porque não o fazer, é sucumbir aos interesses que não nos interessam, é acreditar que apenas aos outros cabe o fazer. Não, a democracia é de todos nós e a resistência é o que a mantém viva. Abracemos o desassossego e que nos sirva de motor para fazer melhor.

Nós que não vivemos o 25 de Abril, vivemos hoje num mundo profundamente polarizado, em que, se observarmos com o mínimo de atenção, aferimos o quão

fugazes são a paz, as liberdades, os direitos. O quão difícil é resistir e o quão extraordinariamente corajosas são as pessoas que o fazem. Tal como foram os autores de Abril. Tal como devemos continuar a ser para que o que é fugaz não nos fuja das mãos.

Mantenhamos em nós a esperança, a bravura, a perseverança que o 25 de Abril simboliza. Usemos o que nos foi deixado para agir, seja de que forma for, na construção de uma sociedade mais justa, mais equitativa, para continuarmos a avançar no caminho da liberdade. Que nós, jovens, que somos parte do futuro, o comecemos a construir no presente. Aqui, agora, porque não há hora que seja tarde para começar. Toda a hora é hora de continuar Abril. Como dizia Francisco Sá Carneiro "A democracia não se aprende, vive-se e constrói-se" (1975). Vamos continuar a construir.

Obrigada."

--- Finalmente **a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Mourão, Francisca Maria Rosado Silva Sousa**, fez a leitura do seu discurso que seguidamente se transcreve: ----------

"Hoje, quando evocamos o 25 de Abril de 1974, sabemos que é uma conquista que continua em construção. Falamos inevitavelmente de liberdade, palavra tão repetida, tão celebrada, mas também tão mal compreendida nos dias de hoje.

Imaginar o mundo sem liberdade não é um exercício distante.

É recordar um tempo em que as palavras eram vigiadas, as ideias filtradas e o silêncio imposto.

Liberdade é uma construção exigente que tanto avança... como pode, discretamente, recuar.

E diria que, na nossa sociedade global, estamos a recuar!

Temos acesso a mais informação do que alguma vez tivemos na história e, ainda assim, estamos expostos a um novo tipo de escuridão: a desinformação. Se antes a verdade era escondida, hoje ela pode ser distorcida, manipulada, diluída num mar de vozes onde não é fácil distinguir o que é real do que é fabricado.

Imagens podem ser alteradas, discursos podem ser recortados, narrativas podem ser construídas com intenções invisíveis. E isto coloca-nos um desafio profundo: o de não sermos apenas consumidores de informação, mas cidadãos críticos e era esta necessidade que vos queria vincar.

Hoje, cada pessoa vive rodeada por um fluxo constante de informação moldado por algoritmos. Vemos aquilo que mais nos prende, aquilo que confirma o que já pensamos, aquilo que nos provoca emoção.

E, sem percebermos, vamos sendo empurrados para lados.

Para um lado ou para o outro. Para o "nós" e o "eles".

Para visões cada vez mais extremadas, onde o diálogo se perde e a diferença deixa de ser compreendida para passar a ser combatida.
E, aos poucos, deixamos de pensar por nós, passamos apenas a reagir mesmo que achemos que somos nós a determinar o nosso caminho e as nossas escolhas. Tão enganados que somos
Porque a verdadeira liberdade não está em escolher um lado.
Está em manter a capacidade de pensar para além deles.
Quando a tecnologia amplifica apenas o que nos separa, a sociedade divide-se. Criam-se bolhas. Criam-se certezas absolutas. E nada é mais perigoso. E as consequências estão à vista de todos, como o provam os recentes acontecimentos mundiais, de que não sabemos o desfecho, mas em que as consequências são claras e a todos afetam.
Temos a responsabilidade de procurar a verdade, mesmo quando ela é incómoda. A responsabilidade de duvidar, de perguntar, de não aceitar tudo como certo apenas porque aparece diante de nós. A responsabilidade de educar e de nos educarmos constantemente.
E a responsabilidade de fazermos escolhas conscientes.
Por isso, mais do que nunca, em 25 de abril de 2026, precisamos de conhecimento. Precisamos de educação. Precisamos de espírito crítico. Precisamos de tempo para pensar — num mundo que constantemente nos pede rapidez.
O 25 de Abril deu-nos voz.
Cabe-nos agora garantir que ela continua a ser a nossa: livre, consciente e verdadeiramente nossa.
Viva o 25 de Abril
Viva Mourão, a Granja e a Luz
Viva o 25 de abril
Viva Portugal"

--- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou, de seguida, encerrados os trabalhos, eram 10,00 horas. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata que foi aprovada, por unanimidade, na sessão de 26 de junho de 2026, e vai ser assinada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo. --------

A Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,
Francisca Maria Rosado Silva Sousa

O Coordenador técnico,